

As ações de enfrentamento da pandemia da COVID-19: uma abordagem ética

MARIA ÁUREA DO NASCIMENTO*

Resumo: O objetivo deste artigo é trazer reflexões sobre o conflito entre saúde e economia, com o qual se deparam os formuladores de políticas públicas dos países diante da pandemia da COVID-19. Serão analisadas as ações de enfrentamento das emergências sanitária e econômica trazidas pelo novo evento mundial, do ponto de vista da ética normativa. Abordaremos inicialmente a oposição entre os fundamentos da ética kantiana e do utilitarismo, e buscaremos ao final possíveis soluções com base na ética contemporânea do discurso de Jürgen Habermas.

Palavras chave: ética; ética kantiana; utilitarismo; ética do discurso; Covid-19.

1 - Introdução

Atualmente o conflito entre Saúde e Economia é um dos principais temas discutidos em função da pandemia no novo Coronavírus SARS-CoV-2. Neste artigo, procuraremos promover uma reflexão do ponto de vista ético sobre as ações de enfrentamento desta pandemia, tanto no que se refere à emergência atual e seus efeitos imediatos, assim como às perspectivas de mudanças de atitudes para um mundo pós-pandemia.

A análise será baseada nas teorias éticas denominadas éticas normativas, as quais buscam fundamentar o valor moral das nossas ações. Inicialmente, iremos tratar da oposição entre as abordagens da ética universalista, de Immanuel Kant, e da ética

utilitarista, de Jeremy Bentham e John Stuart Mill, e, posteriormente, apresentaremos os fundamentos da ética do discurso como possível solução para este antagonismo.

O artigo será dividido em duas partes. Na primeira parte, iremos descrever o evento da pandemia, como se apresenta atualmente em termos numéricos, e qual o impacto econômico decorrente das medidas de bloqueio e isolamento social adotadas para a contenção e/ou mitigação da doença, por parte dos responsáveis pelas políticas públicas dos países. Na segunda parte, iremos descrever as três abordagens éticas citadas e trazer ao final alguns questionamentos para reflexão.

A questão inicial que se apresenta é: qual o modelo de sociedade pretendemos resgatar e fortalecer a partir deste grave evento na nossa história? Será o modelo do utilitarismo, do cálculo e da concorrência, como princípio regulador das relações sociais (o modelo da racionalidade capitalista neoliberal)? Ou será um novo modelo centrado na solidariedade, na cooperação e no resgate da primazia dos valores humanistas universais? Estamos, de fato, diante da possibilidade de uma nova racionalidade ética?

PRIMEIRA PARTE

2 - A pandemia da COVID- 19 e os seus impactos econômicos

2. 1 - Sobre a pandemia do COVID

Um novo evento trouxe à tona um dilema ético: devemos parar a roda da economia para salvar vidas? Este evento foi o surto de uma doença que tomou conta do mundo. A doença foi denominada pela OMS – Organização Mundial de Saúde como COVID-19, e foi causada por um novo coronavírus denominado SARS-CoV-2. O surto foi notado pela primeira vez em Wuhan, cidade com cerca de 11 milhões de habitantes, capital da província de Hubei, na China.

Em 29 de dezembro de 2019, as autoridades chinesas identificaram na cidade um conjunto de casos semelhantes de pneumonia ocasionados pelo novo coronavírus e, em 23 de janeiro, Wuhan e outras cidades da região foram bloqueadas pelo governo chinês.

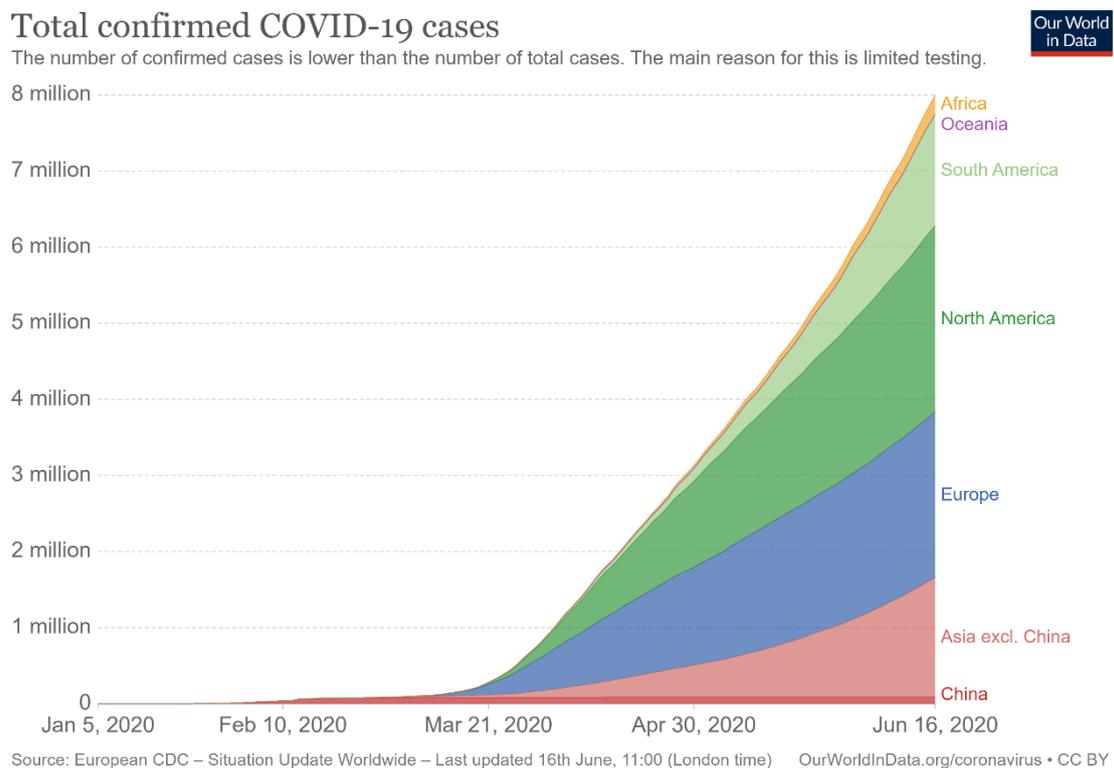
Em 11 de março, tornou-se uma pandemia global e foi declarada como tal pela OMS. Desde então se expandiu rapidamente para todas as regiões do mundo.

2.2 - Dados atuais

A doença obrigou os países a adotarem medidas drásticas para a sua contenção. No entanto, a propagação foi inevitável na maioria deles. Segundo dados do Centro Europeu de Prevenção e Controle de Doenças (ECDC), o número total de casos de COVID-19 confirmados no mundo, até 16.06.2020, ultrapassou 8 (oito) milhões, provocou mais de 436 mil mortes, e estão localizados predominantemente na América do Norte e Europa.

O gráfico abaixo mostra como está distribuído o número total de casos por região no mundo.¹

Gráfico I – Total de casos confirmados de COVID 19 no mundo

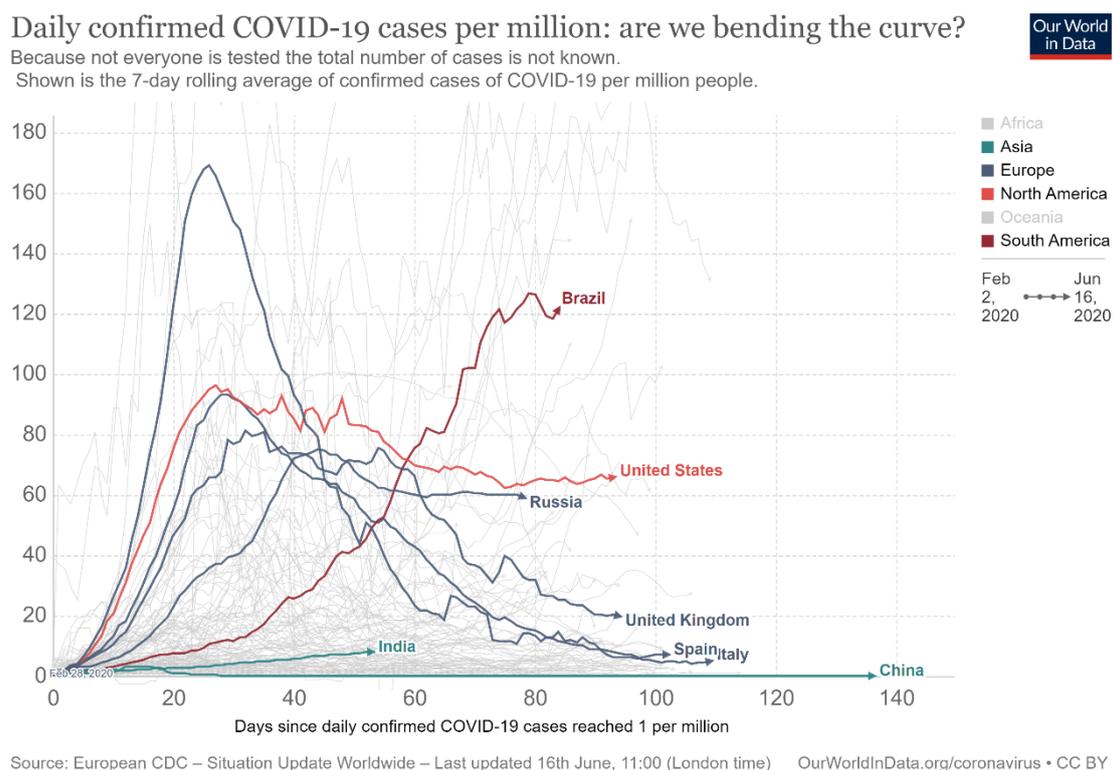


Fonte: OurWorldinData.org

Os primeiros casos surgiram na Europa, na Itália e na Espanha, países que já atingiram o ápice do número de casos. Depois, a doença se espalhou por outros países da Europa, pelos Estados Unidos e agora se expande pela Rússia, Índia e países da América do Sul, especialmente o Brasil, que se tornou o epicentro da epidemia.

Com o intuito de avaliarmos a gravidade do impacto na economia trazido ao mundo contemporâneo, comparamos o número total de casos diários confirmados em relação à população de países que tiveram maior número de casos confirmados até hoje (16.06.2020): Itália, Espanha, Reino Unido, Estados Unidos, Rússia, Índia e Brasil, e adicionamos os dados da China (país onde teve início a doença). Estes dados podem ser visualizados no gráfico II.

Gráfico II – Casos diários confirmados de Covid_19 por milhão de habitantes: estamos dobrando a curva?



Fonte: [OurWorldInData.org](https://ourworldindata.org)

Observamos que ao longo do tempo – nº de dias após o primeiro caso por milhão de habitantes (**eixo x**), o número total de casos diários (**eixo y**) mostra sinais de queda em

países como Espanha, Itália e Reino Unido. Nos Estados Unidos, Rússia e Índia, encontra-se estabilizado, e no Brasil está ainda em crescimento. O número total de casos diários na China chegou a zero e manteve-se neste patamar durante vários dias, porém novos casos surgidos ultimamente trazem um sinal de alerta para uma possível segunda onda de contaminação.

2.3 – A situação do Brasil

A América Latina é o novo epicentro da pandemia e o Brasil lidera o ranking dos casos, seguido pelo México. No Brasil, o primeiro caso foi relatado em 26.02.2020, e em 16.06.2020 o país atingiu a marca de 888.271 mil casos. Este número é muito superior ao de países vizinhos como a Argentina (32.772 mil casos) e o Uruguai (878 casos)², por exemplo, os quais adotaram estratégias de contenção da doença bem mais restritivas.

Embora tenha adotado inicialmente as recomendações de isolamento social da OMS, o Brasil se mostrou muito mais preocupado com a reabertura precoce das atividades econômicas consideradas não essenciais do que a maioria dos países. Mesmo tendo promovido um projeto de apoio emergencial à população mais vulnerável pela queda dos empregos e da renda, este apoio veio tardiamente e com muitas dificuldades para a sua execução. Isto fez com que o bloqueio imposto para a mitigação da doença no país esteja sendo demorado e pouco eficaz, com enormes pressões para reabertura da economia.

Em função de suas características peculiares - a grande extensão territorial e as diferenças regionais, a enorme desigualdade social estrutural, as deficiências do sistema de saúde, o desequilíbrio das contas públicas e a orientação política atual reformista neoliberal - a preocupação com os impactos negativos na economia tem sido apresentada como um obstáculo às medidas recomendadas para a preservação da saúde, o que, ao nosso ver, é algo prejudicial.

2-4 – Estratégias utilizadas pelos países

Como até o momento não há vacina nem medicamento antiviral específico para prevenir ou tratar a COVID-19, e observa-se que a propagação da doença entre as

pessoas está ocorrendo de modo exponencial, os países adotaram diferentes estratégias de isolamento social, desde o bloqueio de cidades até o fechamento de fronteiras.

Os responsáveis pelas políticas de saúde destes países se basearam em estudos científicos que têm comprovado até agora que o isolamento social, além da testagem em massa e o monitoramento dos pacientes, é a medida mais efetiva para a prevenção do contágio. A partir de experiências bem sucedidas em alguns países, como por exemplo a Coreia do Sul e a Nova Zelândia, ficou comprovado que o isolamento social é primordial para diminuir a taxa de infecção e reduzir o impacto na área de saúde.

“Todos os países adotaram pelo menos alguma forma de distanciamento social, e apenas uma minoria não chegou a fechar escolas ou lojas não essenciais. Mas em geral, o que fez a diferença para governos com estratégias bem sucedidas, como na Coreia do Sul e na Nova Zelândia, foi ter implantado medidas duras de isolamento rapidamente enquanto montava uma estratégia de testes em massa e rastreamento de infectados e seus contatos. Isso permitiu que depois esses países pudessem flexibilizar o distanciamento mais cedo e de forma mais segura. Essas medidas bem-sucedidas fazem parte do que preconiza a OMS como pré-requisitos para uma reabertura.” (MAGENTA, Matheus (2020))

2.5 - Impacto na economia

Nem todos os países tiveram condições de adotar estratégias de sucesso logo no início da expansão da pandemia em seus territórios, seja por atraso na definição de um plano interno e coordenado de combate à doença ou mesmo por características econômicas e sociais mais desfavoráveis.

Segundo o FMI – Fundo Monetário Internacional, estamos diante de uma crise econômica sem precedentes, que ultrapassará a grande depressão de 1929 e a crise financeira global de 2008. Isto porque as políticas de isolamento, com o fechamento de escolas, comércio, indústria, e restrição de viagens e eventos, produzem um grande bloqueio econômico. O FMI projeta que o crescimento econômico global em 2020 caia -3%.

O organismo internacional ressalta que esta será uma crise global e que não poupará nenhum país. Aqueles dependentes das atividades de turismo e hospitalidade já sofrem fortemente os impactos do bloqueio. E os mercados emergentes e economias em desenvolvimento enfrentam maiores dificuldades para o enfrentamento da crise, pois

já possuem sistemas de saúde mais fracos e espaço fiscal limitado para suprir as despesas emergenciais.

“Esta é uma crise como nenhuma outra e há uma incerteza substancial sobre seu impacto na vida e nos meios de subsistência das pessoas. Depende muito da epidemiologia do vírus, da eficácia das medidas de contenção e do desenvolvimento de terapêuticas e vacinas, todas difíceis de prever. Além disso, muitos países enfrentam agora várias crises - uma crise de saúde, uma crise financeira e um colapso nos preços das commodities, que interagem de maneiras complexas. Os formuladores de políticas estão fornecendo apoio sem precedentes a famílias, empresas e mercados financeiros e, embora isso seja crucial para uma forte recuperação, há uma incerteza considerável sobre como será o cenário econômico quando emergirmos desse bloqueio.” (GOPINATH, Gita (2020))

Devido ao grande impacto na economia, os responsáveis pelas políticas públicas têm se deparado com um grande dilema ético no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus: a preservação da vida com as medidas de isolamento social visando à proteção da capacidade dos sistemas de saúde, ou a preservação da economia, para a manutenção dos negócios como forma de prover a subsistência das pessoas.

Países com alto índice de desigualdade social como o Brasil, e que antes da crise de saúde já enfrentava problemas de retração da economia e alto índice de desemprego e informalidade, vivem este dilema ético de modo mais intenso. O que é correto: salvar vidas, determinando a quarentena obrigatória para proteger o sistema de saúde, permitindo que todas as pessoas possam ser atendidas quando acometidas pela doença, ou flexibilizar o isolamento, permitindo que as pessoas possam sair para trabalhar e garantir o seu sustento?

Um dilema que se apresenta como aparentemente insolúvel. Justamente porque não temos verdades absolutas e todas as alternativas parecem corretas.

SEGUNDA PARTE

3 – As teorias éticas normativas

Ao nos exigir decisões tão complexas, a pandemia da Covid-19 nos coloca frente a frente com questões morais importantes. No dia-a-dia, normalmente, evitamos nos confrontar com questões deste tipo, justamente por serem as mesmas de difícil solução. No entanto, diante da urgência de uma tomada de decisão, como nas situações que se

apresentam agora, não temos como fugir. Para ajudar nas nossas escolhas, é que recorreremos à filosofia moral.

As teorias filosóficas que avaliam o valor moral de uma conduta ou ação são as teorias éticas normativas. Assim temos uma ética deontológica, conhecida por ética do dever, entre as quais destaca-se a ética kantiana, e uma ética consequencialista, em que o que determina se uma ação é boa ou má são as suas consequências.

A ética deontológica - do grego *déon*, dever – também chamada de *teoria do dever*, está focada nas intenções e no valor da ação/regra, as quais devem corresponder às aspirações internas morais de cada indivíduo.

A ética teleológica - do grego *teleos*, fim - também denominada de *ética consequencialista*, é a ética, como o próprio nome sugere, que valoriza as consequências, os fins da ação. Em oposição à ética deontológica, na ação a intenção é o menos importante, as consequências é que devem ser boas. E o bom é considerado o fim natural, a felicidade.

A doutrina ética utilitarista é um bom exemplo da ética teleológica. Seus pressupostos prescrevem que o objetivo último de toda ação humana é a felicidade: Agir sempre de forma a produzir a maior quantidade de bem-estar.

3.1 – A ética Kantiana

Immanuel Kant (1724-1804) é considerado um dos fundadores da filosofia moderna. O pensamento ético kantiano está presente em qualquer debate atual sobre a legitimação das normas morais.

Podemos dizer que a ética como filosofia foi fundada por Aristóteles (384 a.C - 322 a.C). Em sua obra *Ética a Nicômacos*, Aristóteles realiza uma investigação sobre quais as ações morais o homem deve seguir para atingir o seu fim último, que é o bem supremo, a *felicidade*. Kant não adota este mesmo fim como norte da moralidade, e introduz um novo conceito de ação moral – o dever pelo puro dever – apenas como um fim em si mesmo.

Na ética kantiana, a moralidade não reside nas leis, valores ou prescrições para a solução dos conflitos, como ocorre na ética utilitarista ou na ética do discurso - a serem abordadas mais adiante. Estas priorizam a legalidade ou as consequências da ação para o indivíduo ou para a comunidade. Na ética Kantiana, a moralidade reside puramente no cumprimento do dever.

Para Kant, o conceito de dever não é empírico, não depende da experiência. O princípio supremo da moralidade reside na razão pura, *a priori*. Esta é a diferença do homem de outros seres da natureza. Todas as coisas na natureza operam segundo leis, segundo fins. Da mesma forma que uma planta nasce, floresce e morre e desta maneira exerce seu fim, o homem também o faz. Porém, como ser dotado de razão, pode atuar segundo a representação das leis, pois possui a liberdade, o *querer*. Para agir e mudar a realidade necessita desta vontade, isto é, da razão prática.

A ação moral, boa em si, contrariamente às demais ações baseadas nas inclinações e desejos, não depende de causas subjetivas. Segundo Kant, o incondicionalmente bom é o que determina a vontade por meio das representações da razão, e não por causas individuais, que valem somente para o sentido de um ou de outro, e sim como princípio da razão que vale para todo mundo.

Uma ação subjetiva, particular, somente possui valor moral se possui validade universal. Toda máxima ou motivação de uma ação deve ter validade para o outro. Se tem validade universal, para todos os seres racionais, será então uma ação moral e se converterá em uma lei prática.

Kant estabelece um critério objetivo para a avaliação do valor moral: o imperativo categórico.

O imperativo categórico está expresso segundo os seguintes princípios:

1. *“Age de tal modo que a máxima de tua vontade tenha validade para todos os demais”*. O teste moral, neste caso, seria perguntar se a ação tem validade para toda pessoa humana, incondicionalmente. Seria a máxima que todos estaríamos dispostos a obedecer.

2. *“Age de tal modo que trates a humanidade em tua pessoa e na pessoa de todos os demais, sempre como um fim e nunca como um meio”*. Uma pessoa não é um objeto, uma coisa, para ser utilizada para um fim de validade subjetiva: ao encontrar outro ser humano deves respeitá-lo como um fim absoluto.

3. *“Age como se tua máxima pertencesse a uma legislação universal, numa comunidade onde cada membro representa um fim em si mesmo”*. Neste mundo do ideal kantiano, o chamado “reino dos fins”, os homens não devem ser explorados e utilizados como meios. A liberdade, a autonomia e a dignidade humana devem existir como valores fundamentais.

A ética Kantiana foi posteriormente questionada por outras correntes filosóficas. Foi acusada de ser uma ética subjetiva, situada apenas na consciência, e não vinculada à história, à realidade.

Compartilhamos em parte desta ideia, contudo, a moralidade definida por Kant é fundamental para compreendermos também a nossa história, as nossas escolhas morais, o que se pode ver claramente a partir desta realidade que estamos vivendo frente à pandemia da COVID-19.

A doença atingiu todos os países independentemente das suas diferenças. Países ricos e países pobres. Atingiu todos os povos, todas as raças. Nos igualou, resgatando o que nos aproxima: a nossa *humanidade*. Porém, ao mesmo tempo que nos dá a sensação de que *“estamos todos no mesmo barco”*, escancarou as nossas desigualdades, especialmente as desigualdades de renda. E com isto realçou também as diferenças dos países no que se refere à capacidade econômica de cada um deles no combate à pandemia. As diferenças econômicas, com certeza, acarretam maior ou menor sofrimento das pessoas diante da pandemia.

Apesar disto, na adoção da política de isolamento social como fim da preservação da vida em todo o mundo, percebemos como prioridade a aplicação dos princípios da ética universalista de Kant: *“Todas as vidas importam”*. A *humanidade* foi tratada em cada pessoa, independentemente de quem seja ou de onde esteja, como um fim absoluto.

Percebemos que as pessoas mudaram o seu modo de vida e passaram a viver somente com o considerado essencial. Na maioria dos países, quando foi implementado o bloqueio (*lockdown*) as pessoas permaneceram em suas casas para salvar o sistema de saúde, e fizeram isto pela responsabilidade para com o outro, pelo cumprimento do dever. Abdicaram dos seus desejos supérfluos, de inclinações subjetivas, e valorizaram o objetivo, a vida como um fim e o homem como um fim em si mesmo.

A pandemia nos trouxe, portanto, a possibilidade da aplicação de uma ética universal, mundial, a possibilidade de aplicação de condutas morais com validade para todos.

3.2 - A ética utilitarista

“Agir sempre de forma a produzir a maior quantidade de bem-estar”, essa é a principal máxima utilitarista. O utilitarismo é uma doutrina ética que tem como principais representantes Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill (1806-1873). Tal doutrina fundamenta-se no *princípio da utilidade*, que determina que a ética deve sempre basear-se em contextos práticos. O agente moral deve analisar a situação antes de agir, e sua ação deve ter por finalidade proporcionar a maior quantidade de prazer (bem-estar) ao maior número de pessoas possível, para que seja considerada moralmente correta.

O consequencialismo da ética utilitarista se opõe à definição moral de Kant, e implica que o decisivo na ação moral não é o cumprimento do dever pelo dever, e sim que suas consequências estejam em conformidade com o princípio da felicidade ou interesse do maior número de pessoas.

A doutrina utilitarista foi introduzida por Jeremy Bentham. A ideia principal é a seguinte:

“O princípio mais elevado da moralidade, tanto pessoal quanto política, é maximizar o bem-estar geral ou a felicidade geral, ou o saldo geral de prazer sobre a dor. Resumindo, maximizar a utilidade.

Bentham chega a esse princípio seguindo esta linha de raciocínio: somos todos governados pela dor e prazer. Elas são nossos soberanos e, portanto, qualquer sistema moral precisa levá-las em conta. Qual a melhor forma de levá-las em conta? Maximizando-as. Isso leva ao princípio do bem maior para a maioria. O que, exatamente, deveríamos maximizar? Bentham nos diz: a felicidade, ou, mais precisamente, a utilidade.

Maximizar a utilidade é um princípio não só para os indivíduos, mas também para as comunidades e os legisladores. O que, afinal, é uma comunidade? Bentham pergunta. É a soma dos indivíduos que a formam. Por isso, ao decidir qual a melhor política, como deve ser a lei e o que é justo, os cidadãos e os legisladores deveriam se perguntar: Se somarmos todos os benefícios desta política e subtrairmos todos os custos a coisa certa a fazer é aquela que maximiza o saldo da felicidade sobre o sofrimento. É isso que significa maximizar a utilidade.”³

É preciso fazer um cálculo, estimar as consequências da ação e avaliar o que mais convém ao agente da ação moral. Ainda que haja prejudicados, neste campo de reflexão, o mais importante é que se respeite o princípio da utilidade, ou seja, aquele que beneficia o maior número de indivíduos. Avaliar a ação moral implica em uma reflexão pragmática, realista.

Bentham foi o autor da primeira fórmula de cálculo para esta avaliação, aperfeiçoada posteriormente por Mill. As condições que Bentham impunha para medir a qualidade de um prazer (bem-estar) eram: intensidade, duração, maior ou menor possibilidade, proximidade, fecundidade (capacidade de produzir outros prazeres), pureza e extensão, ou seja, quantidade de pessoas afetadas.

Uma forma mais definitiva do utilitarismo e uma crítica ao utilitarismo de Bentham foi efetuada mais tarde por John Stuart Mill. Bentham e Mill coincidem nas ideias fundamentais da teoria, ou seja, prazer e ausência de dor são as duas coisas desejáveis pelo homem como fins.

Contudo, Mill introduz uma diferença qualitativa na teoria utilitarista, até então restrita às definições quantitativas. Não se deve avaliar somente a quantidade de prazer ou de ausência de dor, mas a qualidade destes prazeres. Os seres humanos têm necessidades distintas e critérios superiores de felicidade, mentais e espirituais, e não apenas corporais. O homem, ao se deparar com prazeres de diferentes níveis, elege sempre aqueles de qualidade superior.

A teoria utilitarista se deparou com várias objeções, como por exemplo, nem todos os valores podem ser quantificados e mensuráveis. Ou ainda: as decisões ou desejos da minoria também devem ser considerados válidos nos governos democráticos. Não obstante, podemos dizer, o princípio de maximização da utilidade foi apropriado pelo

pensamento econômico capitalista, foi monetarizado e passou a fazer parte do contexto das decisões políticas.

Podemos observar a aplicação do pensamento utilitarista na pandemia da Covid-19 quando nos deparamos com questionamentos do tipo: O que custa mais? As pessoas morrerem acometidas pela COVID-19 ou morrerem de fome, pela ausência de trabalho e renda?

O que é mais vantajoso? Pensar no agora e o Estado endividar-se para investir na saúde e prover sustento aos mais vulneráveis, ou pensar nas consequências nefastas para a economia deste endividamento no futuro?

Ou ainda: É melhor promover um isolamento social vertical, mantendo-se apenas as pessoas do grupo de risco em isolamento e permitindo que os mais jovens permaneçam no mercado de trabalho fazendo girar a roda economia?

3.3 – A ética contemporânea de Jürgen Habermas

Um dos pensadores mais influentes da ética contemporânea é Jürgen Habermas, filósofo ainda vivo, nascido na Alemanha, em 1929. Habermas é oriundo da chamada segunda geração da Escola de Frankfurt, formada em 1924, a qual se dedicou à teoria crítica da sociedade moderna, com influência das ideias de Marx, Nietzsche e da psicanálise.

Os primeiros filósofos da Escola de Frankfurt, entre eles Adorno e Horkheimer, questionaram a forma como a sociedade vinha lidando com a racionalidade e concluíram que o conhecimento, a ciência e a técnica estavam sendo utilizados de forma instrumental, ou seja, que a sociedade do século XX passou a utilizar estes instrumentos como meios de atingir certos fins, não importando quais fossem.

Estes filósofos haviam passado pela primeira guerra mundial, assistido ao holocausto e ao emprego das armas nucleares, e entenderam que o uso da racionalidade puramente instrumental levava a humanidade à autodestruição. A razão estava sendo usada como instrumento de dominação ideológica, política, econômica e social. Estava a serviço do poder e não do bem estar da humanidade. Os pensadores da escola de Frankfurt

entenderam que a razão era um elemento de conformidade e submissão e, portanto, precisava ser revista.

Os fundamentos da teoria de Habermas são semelhantes aos dos filósofos que o antecederam. Ele também faz uma crítica ao uso instrumental da razão, porém de uma forma mais otimista. Habermas passa a buscar dentro da própria racionalidade humana, vista como fracassada, uma possibilidade de resgate da razão. Este resgate se dará através da “ação comunicativa”.

A ação comunicativa surge como uma proposta de emancipação do ser humano da racionalidade instrumental que o priva de sua liberdade. É um novo padrão da razão humana fundado no uso da linguagem. A ação comunicativa está baseada no diálogo, na integração entre os membros de uma comunidade, e está inserida no espaço público das relações sociais, entendido estes como espaços de comunicação e decisão.

Habermas também entende que a sociabilidade é impossível sem a moralidade. E é na ação comunicativa que são construídos os fundamentos éticos desta moralidade. A ação moral é aquela atingida através do acordo entre os participantes de um debate, e deriva de um consenso em uma situação em que todos são interlocutores válidos e têm os mesmos direitos.

Para que haja uma racionalidade comunicativa é preciso que haja uma situação perfeita de fala, é preciso que haja uma ética do discurso. E um discurso ético deve possuir algumas pretensões.

Estas pretensões são: a inteligibilidade, a fala precisa ser clara, simples, de fácil compreensão; o compromisso com a verdade, a fala precisa ser verdadeira; a sinceridade, o interlocutor deve falar o que fato acredita; e a correção normativa, a fala deve estar dentro de um contexto definido. Sem estes pressupostos, o discurso pode ser considerado imoral, como um discurso autoritário, por exemplo.

A ética do discurso dialoga com a ética kantiana. A ação moral será considerada válida se puder ser aceita livremente por todos os afetados por ela, ou seja, se possuir validade universal. Desta forma, podemos dizer que a ética contemporânea reinventa a

universalidade presente no imperativo categórico de Kant, o qual poderia ser agora assim expresso: *“as normas válidas que merecem ser aceitas são aquelas que exprimem uma vontade universal”*.

De que modo percebemos a aplicação da ética contemporânea às situações de enfrentamento da pandemia da Covid-19? Vamos destacar três pontos: o resgate do valor da ciência, a necessidade de valorização de todos os grupos afetados e a execução das políticas públicas de enfrentamento da pandemia de forma participativa.

Acostumados ultimamente com a evolução natural da ciência, tínhamos a sensação de que a mesma estava desconectada do nosso dia-a-dia e restrita ao mundo acadêmico. Um dos efeitos da pandemia foi nos colocar diretamente em contato com a ciência. Passamos a ter acesso direto às informações sobre as novas descobertas sobre a pandemia e com isto passamos a valorizar mais o trabalho dos cientistas. Também, a finalidade original da ciência – servir à vida e ao bem estar do ser humano e não a outros fins – é vista em primeiro plano.

Observamos que nos países onde os responsáveis pelas políticas públicas de enfrentamento da pandemia valorizaram inicialmente as orientações da ciência, os resultados das ações implementadas já permitem a flexibilização do bloqueio de forma mais segura. Ao contrário, em países em que os governantes adotaram uma visão negacionista da ciência, como Estados Unidos e Brasil, ocorrem os piores índices de contaminação da doença e as maiores dificuldades para a reabertura da economia.

A ética contemporânea também valoriza a universalidade. Todos os grupos são detentores dos mesmos direitos, independentemente de idade, raça ou classe social. O tratamento a cada um dos grupos sociais não pode ser diferenciado. Particularmente, observamos que foi dada uma atenção maior aos idosos, embora seja um grupo de risco na pandemia, é um grupo que normalmente não é valorizado na ótica da sociedade capitalista.

Por fim, no enfrentamento da pandemia percebeu-se a necessidade de uma gestão mais participativa. No Brasil, a administração das ações de saúde e das medidas de bloqueio e reabertura da economia foi protagonizada pelos prefeitos e governadores, aqueles

gestores públicos mais próximos e conhecedores das necessidades de sua comunidade. Para serem consideradas ações moralmente válidas, as ações dos gestores devem ser fruto de um consenso entre aqueles diretamente afetados por elas.

4.1 – Conclusões

Como vimos, a pandemia da Covid-19 está desencadeando uma crise com efeitos devastadores na nossa história. Em todo o mundo, os países estão adotando diferentes estratégias para enfrentá-la, de acordo com a sua capacidade econômica, fiscal ou política.

Aqueles países com situações de maior vulnerabilidade, inevitavelmente, se viram diante de um dilema ético entre saúde e economia, aparentemente sem solução. Esta dicotomia não nos parece boa, pois nos leva a pensar que a preocupação com a economia em detrimento da saúde é uma atitude não ética. É preciso atenção a este ponto.

Se confrontarmos saúde com a necessidade de retomada puramente do consumo e do lucro, dentro da visão capitalista atual e sem nenhuma reflexão sobre este direcionamento, estaremos, de fato, diante de atitudes reprováveis moralmente. Ao desprezarmos as ações de valorização da vida - como o isolamento social necessário em virtude da ausência de outros meios de combate efetivos - em detrimento da economia, continuaremos distantes dos nossos valores humanos fundamentais.

Devemos nos perguntar: queremos voltar ao que éramos antes? Que atitudes podemos adotar para preservar a vida humana no planeta e nos proteger de outros eventos devastadores? A economia, assim como a ciência e a técnica, deve servir ao bem estar da humanidade. E somente uma mudança de paradigma poderá nos permitir isto.

Necessitamos de uma grande transformação, um grande reinício.

Um grande reinício é exatamente o tema da 51ª Reunião Anual do Fórum Econômico Mundial, em janeiro de 2021, que reunirá os dirigentes dos governos de todo o mundo, as empresas e a sociedade civil, e promoverá diálogos presenciais e virtuais para a construção de uma nova agenda para o futuro.

“O grande Reinício é um reconhecimento de que esta tragédia humana deve ser uma chamada de atenção. Devemos construir economias e sociedades mais equitativas, inclusivas e sustentáveis, que sejam mais resistentes às pandemias, às mudanças climáticas e às muitas outras mudanças mundiais que enfrentamos”, disse Antônio Guterres, Secretário Geral da Nações Unidas, em Nova York. ⁴

Por fim, sobre o que esta crise revela do ponto de vista ético, filosófico e político, Jürgen Habermas, ao ser indagado em entrevista ao jornal Le Monde, publicada no dia 14.04.2020, respondeu:

“De um ponto de vista filosófico, percebo que a pandemia impõe, ao mesmo tempo e sobre todos, um impulso reflexivo que, até agora, era da área de especialistas: precisamos agir com o saber explícito de nosso não-saber.(...) A cena em que a ação política se desenrola mergulhada na incerteza raramente foi posta sob uma luz tão forte. Talvez essa experiência incomum, para dizer o mínimo, deixará suas marcas na consciência pública”.

Saibamos escutar a filosofia!

Notas

1 - América do Norte: 2,45 milhões; Europa: 2,17 milhões; Ásia exceto China: 1,57 milhões; América do Sul: 1,46 milhões; África: 251,27 mil; China: 84,38 e Oceania: 8,81 mil.

2 – Fonte: [OurWorldInData.org](https://ourworldindata.org)

3 – Extraído da classe de Michael J. Sandel em seu curso *“Justice”*, em Harvard, disponível em <https://courses.edx.org/courses/course-v1:HarvardX+ER22.1x+2T2020/course/>

4 – *“El Gran Reinicio - Una cumbre gemela única para empezar el 2021.”* – disponível em <https://es.weforum.org/focus/el-gran-reinicio>

5 - Disponível em <https://ateliadedhumanidades.com/2020/04/12/fios-do-tempo-precisamos-agir-com-o-saber-explicito-de-nosso-nao-saber-entrevista-com-jurgen-habermas/>

Bibliografia

BURATINI, Ricardo. (2020): *“O coronavírus lança ao mundo o desafio de repensar a sociedade”*. <https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/coronavirus-lanca-ao-mundo-o-desafio-de-repensar-a-sociedade/>

DALIA, Ventura. (2020): *“Coronavírus: as difíceis decisões que a pandemia está nos obrigando a tomar”* - BBC News Mundo. <https://www.bbc.com/portuguese/geral-52345980>

DAMIANI, Alberto. (2019): **“La centralidad ética del discurso: Un examen pragmático transcendental”**. *Daimon - Revista Internacional de Filosofía*, nº 78, 2019, pp. 61-74.

GOPINATH, Gita. (2020): **“O grande bloqueio. A pior crise econômica desde a grande depressão”**. https://blogs.imf.org/2020/04/14/the-great-lockdown-worst-economic-downturn-since-the-great-depression/?utm_medium=email&utm_source=govdelivery – acesso em 16.06.2020

JESSUA, Claude. **“Capitalismo”** – Tradução de Willian Lagos – Porto Alegre. L&PM, 2019.

KANT, Immanuel. **“Crítica da Razão Prática”** - Tradução Afonso Bertagnoli - Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2017.

KANT, Immanuel. **“Fundamentación para una metafísica de las costumbres”** - Edición bilingüe y traducción de José Mardomingo - Editorial Ariel, S.A. Barcelona, 1999.

MAGENTA, Matheus. (2020): **“Quarentenas funcionam para combater o coronavírus? Veja o que dizem os estudos”**. <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52830618>

MILL, John Stuart – **“El utilitarismo. Un sistema de la lógica. (Libro VI, capítulo XII)”** - Introducción, traducción y notas de Esperanza Guisán - El libro de bolsillo Filosofía - Alianza Editorial, 2007.

PORFÍRIO, Francisco. (2020): **“Escola de Frankfurt”**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/a-escola-frankfurt.htm>

_____: (2020) **“Jürgen Habermas”**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/jurgen-habermas.htm>.

ROSER, Max, RITCHE Hannah, ORTIZ-OSPINA, Esteban y HASSEL, Joe. (2020): **“Pandemia do coronavírus (COVID-19)”**. Publicado online em OurWorldInData.org. <https://ourworldindata.org/coronavirus-data#confirmed-cases> – acesso em 16.06.2020.

ROSER, Max, RITCHE Hannah, ORTIZ-OSPINA, Esteban e HASSEL, Joe. (2020): **“Pandemia do coronavírus (COVID-19)”**. Publicado online em OurWorldInData.org. <https://ourworldindata.org/grapher/covid-daily-cases-trajectory-per-million?yScale=linear> – acesso em 16.06.2020

SHERETTA, Rima. (2020): **“O impacto econômico da Covid-19”** – Colégio Imperial de Londres – Universidade de Oxford. <https://www.research.ox.ac.uk/Area/coronavirus-research>

*MARIA ÁUREA DO NASCIMENTO é auditora-fiscal aposentada e cursa doutorado em Ciências Empresariais e Sociais.